



A. Estado, Poderes e Sociedade

B. Estruturas Produtivas, Trabalho e Profissões

C. Educação e Desenvolvimento

D. Território, Ambiente e Dinâmicas Regionais e Locais

E. Cultura, Comunicação e Transformação dos Saberes

F. Família, Género e Afectos

G. Teorias, Modelos e Metodologias

Sessões Plenárias

Os hábitos de leitura em Portugal

Eduardo de Freitas *

Em recente Inquérito aos Hábitos de Leitura da População Portuguesa (cujo universo incluía somente os indivíduos alfabetizados e com 15 anos ou mais), equacionavam-se as propensões para aquela prática incidente em três impressos-padrão mais comumente circulantes: o livro, o jornal e a revista.^[1] Dos dados obtidos que exprimem uma primeira medida daquelas três propensões vê-se que é a leitura de livros que maximiza a separação das águas: de facto, do total da amostra são 69% os leitores de jornais e também os leitores de revistas, e são só 53% os indivíduos que declaram ser leitores de livros.

Os leitores de livros: uma caracterização

Detenhamo-nos então na repartição da amostra em função do critério ler/não ler habitualmente livros, convocando as diversas variáveis “independentes” para uma caracterização elementar daquela prática de leitura.

As mulheres mostram-se ligeiramente mais leitoras. Nos grupos etários é muito claro a queda das percentagens dos leitores ao caminhar-se das idades mais baixas para as mais altas. Correlativamente, nos níveis de instrução, as percentagens dos leitores sobem ao transitar-se das escolaridades mais baixas para as mais altas, espelhando estes resultados a consabida relação inversa entre idades e capitais escolares assinalável em sociedades como a portuguesa, nas quais no decorrer das últimas décadas, o sistema de ensino se tem alargado progressivamente a camadas cada vez mais vastas da população.

No referente ao estatuto económico, o sentido das variações é congruente com o esperável: as percentagens de leitores são tanto mais elevadas quanto mais alto é o estrato. A ventilação segundo a condição perante a actividade económica, faz salientar uma ligeiramente mais elevada percentagem de inactivos leitores relativamente aos activos leitores. Este resultado deve-se sobretudo ao elevado montante dos estudantes (leitores) que integram a população inactiva. Não se deixe, entretanto, de sublinhar uma relativamente pequena distância percentual a que os activos ficam do grupo das domésticas e do dos reformados. Estamos seguramente perante um indicador forte da baixa mobilização leitural: os activos, segmento estratégico da população demite-se extensivamente (em metade do seu efectivo) da prática da leitura de livros. Os grupos socioprofissionais que contam nos seus efectivos mais leitores de livros são os profissionais liberais e os directores e quadros dirigentes, os quadros intelectuais e científicos e os técnicos e quadros intermédios (são leitores mais de três quartos dos seus efectivos). Também em termos de classe social subjectiva, os resultados confirmam as tendências observadas: as percentagens de leitores aumentam à medida que se sobe na escala definida.

Um relance sobre o que poderíamos designar por matriz cultural de origem permite mostrar os índices de *background* escolar e de relacionamento primário com a leitura^[2] a variarem consistentemente,

de resto com notório paralelismo:^[3] são leitores de livros mais de quatro quintos dos inquiridos com um muito elevado *background* ou um muito forte relacionamento primário, mas já somente cerca de um terço dos que pertencem ao *background* muito baixo ou ao relacionamento primário muito fraco. Em termos de inserção socioprofissional de origem são os grupos atrás indicados que ocupam os lugares cimeiros quanto a leitores nos totais dos seus efectivos. Recobrem-se assim situações de elevados recursos profissionais e/ou escolares e/ou de autoridade hierárquica nas relações de produção, as quais, portanto, quer quanto à classe de origem, quer quanto à classe actual, se constituem como as mais suscitadoras do consumo de livros.

Ainda no âmbito da análise bivariada, e situando-nos agora no plano das regiões, assiste-se aí a uma certa polarização Norte-Sul quanto às respectivas propensões para a prática de leitura, destacando-se o Sul como globalmente algo mais leitor. Este diferencial é explicável pelo menos em parte pelo facto estatisticamente comprovado de encontrar-se esta parte do país em média mais escolarizada do que o Norte. O défice nortenho de capital escolar é tanto mais de salientar quanto se sabe terem

os indivíduos dessa zona uma idade média mais baixa. ^[4]

No plano da dimensão das localidades, o que poderíamos chamar de *continuum* rural-urbano surge traduzido nas correspondentes propensões para a leitura. Nas localidades mais pequenas que recobrem largamente a malha rural do país, com populações em média mais velhas e menos escolarizadas, contabilizam-se menos leitores de livros; no outro pólo, de acrescida urbanidade, a leitura de livros acha-se sobremaneira mais generalizada.

Dos indicadores de caracterização atrás mencionados retivemos dois, cada um deles fortemente associado à propensão para a leitura: um respeitante à origem, o outro referente à situação presente dos indivíduos, respectivamente, o *background* escolar e o nível de instrução. Se as relações encontradas apontam linhas de “causalidade” nítidas, é curial mostrar o efeito produzido sobre aquela propensão para valores constantes de um dos indicadores. A questão coloca-se em sede teórica da seguinte maneira: se o capital escolar adquirido “explica” a aquisição do hábito de ler, a esse nexo de causalidade não é indiferente a herança em matéria de escolaridade dos pais. Bem pelo contrário, é de presumir uma influência tanto maior dessa herança quanto mais baixo for o capital escolar adquirido. A evidência empírica confirma a hipótese: de facto, se para o nível de instrução “sabe ler/4ª classe”, as percentagens de leitores sobem do *background* “muito baixo” para o “alto” — de 30% para 59% —, o diferencial já tem uma amplitude mais estreita no nível “Ensino Preparatório” — 24 pontos —, e ainda mais no nível seguinte “9º/12º anos” — 16 pontos —, anulando-se praticamente para o nível de instrução “Curso Médio/Superior” (vd. Quadro 1). Os resultados revelam assim, para patamares constantes de capital adquirido, a influência desigual do universo socializador — neste ponto da análise cinto exclusivamente pelo capital escolar dos pais — na explicação da disposição dos indivíduos para a leitura: o efeito combinado dos dois capitais é tanto mais forte quanto mais baixo é o capital adquirido. Esta conclusão parece assumir relevo assinalável na explicação do relativamente baixo pendor para a prática da leitura de livros, tendo em conta a baixa escolarização média da população portuguesa. Apenas os patamares mais elevados de capital adquirido conseguem anular situações de partida, reportadas aos pais, desfavoráveis.

Quadro 1

Nível de Instrução	Background Escolar	Leitores de Livros N=1339
Sabe Ler e Escrever/4ª Classe	Alto	59,3
	Médio	47,1
	Baixo	33,7
	Muito Baixo	30,2
Ensino Preparatório	Alto	66,7
	Médio	50,6
	Baixo	54,4
	Muito Baixo	42,2
9º/11º/12º	Alto	84,4
	Médio	74,0
	Baixo	82,5
	Muito Baixo	68,1
Ensino Médio/ Superior	Alto	93,8
	Médio	89,8
	Baixo	90,5
	Muito Baixo	91,7

Entretanto, um similar esquema analítico articulador da variável escolaridade e do indicador “subjectivo” relacionamento primário mostra que, se se assiste a uma certa perda de influência da socialização à medida que se sobe nos patamares de escolaridade, o efeito daquele indicador não deixa de se fazer sentir (vd. Quadro 2). ^[5]

Quadro 2

Nível de Instrução	Índice de Relacionamento Primário com a Leitura	Leitores de Livros
Sabe Ler e Escrever/4ª Classe	Muito Forte	61,8
	Forte	57,6
	Médio	36,4
	Fraco	33,1
	Muito Fraco	28,0
Ensino Preparatório	Muito Forte	66,7
	Forte	68,8
	Médio	53,2
	Fraco	40,3
9º/11º/12º	Muito Fraco	48,1
	Muito Forte	90,1
	Forte	78,7
	Médio	79,4
Ensino Médio/ Superior	Fraco	71,2
	Muito Fraco	64,3
	Muito Forte	97,1
	Forte	89,4
	Médio	91,2
	Fraco	85,3
	Muito Fraco	100,0

Em resumo, em cima, ao conjugar-se a escolaridade e o *background*, concluiu-se pelo progressivo esbatimento até à anulação, no grau de instrução mais elevado, do efeito da variável *background* sobre a propensão para a leitura; agora, o efeito da variável relacionamento primária persiste, mesmo nesse grau mais elevado de instrução. Assim, está no cotejo dos dois factores socializadores a chave do diferencial efeito gerado. Repare-se que o primeiro, o *background*, estabelece um quadro de posse (nos pais) de capital escolar, cuja tradução em práticas concretas junto dos filhos, embora provável, não é garantida; o segundo factor estabelece um quadro de práticas accionadas que, investidas do gosto de ler, se mostram potenciadoras da aquisição do hábito. ^[6]

No âmbito do esquema “explicativo” manejámos em cima para além da escolaridade do próprio, de cada vez um indicador de origem social. Vejamos agora que conclusões retirar, também para graus de instrução constantes, do cruzamento do estatuto económico do próprio com a variável dependente leitor/não leitor de livros. Temos um resultado que, em linhas gerais, corrobora a conclusão em cima retirada relativamente ao destaque da variável capital escolar adquirido na explicação da propensão para a leitura: para patamares de escolaridade sucessivamente mais elevados tende a anular-se a influência do estatuto económico na aquisição do hábito de ler (vd. Quadro 3). ^[7]

Quadro 3

Nível de Instrução	Estatuto Económico	Leitores de Livros
Sabe Ler e Escrever/4ª Classe	Grupo 1	36,8
	Grupo 2	52,2
	Grupo 3	41,2
	Grupo 4	34,9
	Grupo 5	20,4
Ensino Preparatório	Grupo 1	50,0
	Grupo 2	64,1
	Grupo 3	52,6
	Grupo 4	44,2

	Grupo 5	34,7
9º/11º/12º	Grupo 1	79,2
	Grupo 2	78,9
	Grupo 3	77,5
	Grupo 4	75,9
	Grupo 5	85,0
Ensino Médio/ Superior	Grupo 1	91,7
	Grupo 2	85,9
	Grupo 3	96,2
	Grupo 4	100,0
	Grupo 5	92,9

Em síntese, se os factores convocados — escolaridade, *background*, relacionamento primário e estatuto económico — todos eles, separadamente, influenciam a propensão para a leitura, há evidência empírica para sustentar a hipótese de que o contexto social mais propiciador da gestação do hábito de ler, tendo presente as relações estabelecidas entre aqueles factores, é o que alia uma alta escolaridade a um vivenciado relacionamento primário de registo favorável no campo da leitura.

O universo de leitores de livros: uma ponderação

Na parte preambular do questionário inquiriram-se os indivíduos sobre as práticas de leitura de livros, jornais e revistas num contexto de comparação com outras práticas de feição cultural ou mais amplamente com actividades várias de ocupação de tempos livres. Para avaliar a frequência dessas práticas usou-se um escalonamento qualitativo, o qual desdobrando-se de um modo parcialmente específico para cada uma delas, possuía contudo o denominador comum de considerar sempre como *ítens* de mais baixa frequência as expressões “raramente” e “nunca”. O objectivo era delimitar, em fase inicial de inquirição, os respondentes: para um lado aqueles que às práticas se entregavam com mais ou menos regularidade, e para o outro lado os que tendencialmente (raramente ou nunca) se consideravam alheados das mesmas. Repare-se que em termos de caracterização das condições de produção das respostas, a singularidade do momento se define por dois eixos: o tempo ainda curto de exposição à inquirição e uma diluição da prática da leitura no âmbito de uma gama larga de actividades.

Entretanto, à medida que a inquirição avança, a leitura vai emergindo como prática axial moldadora de todas as matérias perguntadas. O quadro mental de referência do respondente, em função do qual são elaboradas as respostas, vai-se recompondo no sentido de um ajustamento à omnipresença de uma prática distintiva, representada simbolicamente como legítima. O fechamento temático-cognitivo introduzido terá pois efeitos sobre as respostas. Uma hipótese plausível que se pode levantar é a de que esse fechamento levará um certo número de respondentes a declarar-se conforme à

norma, sobreavaliando as práticas declaradas relativamente às práticas efectivas. ^[8]

Isso mesmo parece poder retirar-se do cotejo das respostas às perguntas inicialmente colocadas com aquelas outras, formuladas em fase mais avançada da inquirição e incidentes sobre os hábitos de leitura. Veja-se então o que resulta do cruzamento das respostas dadas às perguntas sobre a leitura de livros (vd. Quadro 4). Recortam-se dois grupos de inquiridos com respostas consonantes a uma e a outra das perguntas: são, por um lado, os leitores “confirmados” (27%) e, por outro, os não-leitores “confirmados” (44%). E mais dois grupos se constituem, estes de respostas dissonantes: o grupo dos que respondem que lêem livros “raramente” ou “nunca” no princípio da inquirição e que depois passam à condição de leitores “habituais” de livros — são os leitores “suscitados” (26%); e o grupo dos que tendo respondido inicialmente que lêem com alguma regularidade, mais adiante demitem-se dessa condição — são os leitores “esvanecidos” (2%).

Quadro 4

Matriz de Confirmação da Leitura de Livros

Frequência da Leitura	Habitualmente Lê	Habitualmente não Lê
Diariamente ou quase	14,0	0,9

Pelo menos uma vez por semana	13,2	1,4
Raramente	21,7	12,6
Nunca	4,5	31,6
		100,0

Em abono da confirmação empírica da hipótese enunciada faz-se notar que a probabilidade de encontrar um leitor “suscitado” é bem maior do que a de encontrar um leitor “esvanecido”; depois, mesmo que considerando tão-só os leitores “suscitados” em absoluto, isto é, aqueles que passaram do “nunca lê” para o “habitualmente lê”, ainda assim a probabilidade é maior. E atente-se igualmente no facto de que do total dos que à primeira pergunta responderam “raramente” são mais numerosos (22%) os que se arrumam na categoria “habitualmente lê” do que os que ficam acantonados (13%) na categoria “habitualmente não lê”. O que quer dizer que a modificação do quadro mental de referência (da produção da resposta) se faz justamente no sentido da sobreavaliação da declaração. Finalmente, dois comentários adicionais. O primeiro que refuta alguma argumentação derivável de uma análise fina dos enunciados das perguntas: se a pergunta inicial sobre a leitura de livros excluía os livros “escolares” ou “profissionais”, a segunda pergunta expressamente admitia-os. À primeira vista, esta precisão compromete o raciocínio explanado: não-leitores há na primeira pergunta que afinal são, na segunda pergunta, leitores de livros “escolares” ou “profissionais”. No entanto, se se recorrer às respostas a uma outra pergunta do questionário, verifica-se que apenas um muito estreito segmento — 2% — de inquiridos se reconhecem como leitores exclusivos de livros “escolares” ou “profissionais”. Parece assim reunida mais evidência empírica que aponta para a confirmação da passagem da condição de não-leitor à de leitor, como efeito da modificação das condições de produção da resposta.

O segundo comentário baseia-se no cruzamento das categorias leitores “confirmados” e leitores “suscitados” com outras categorias definidas. Presumindo-se que os leitores “confirmados” constituem o núcleo duro dos leitores reais e que os leitores “actuais” e sobretudo os leitores “atentos”^[9] recobrem muito largamente esse núcleo, seria de prever que uma muito ampla

maioria de leitores “atentos” se arrumassem entre os leitores “confirmados”.^[10] O resultado encontrado, embora apontando nesse sentido, deixa lastro de controvérsia: há 24% de leitores “atentos” que, ao abrigo da nomenclatura usada, são leitores “suscitados”. Por outro lado, o cruzamento das categorias leitores “confirmados” e leitores “suscitados” com a tipologia de leitores “pequenos”, “médios” e “grandes”, retoma coincidentemente o exposto: a probabilidade de se encontrar um leitor “confirmado” aumenta ao aumentar o número de livros lidos (no último ano), mas ainda assim entre os “médios” e os “grandes” leitores (conjuntamente) há 23% de

leitores “suscitados” (vd. Quadro 5).^[11] O que quer dizer, em função das coordenadas traçadas, que o ajustamento racionalizador à condição de leitor se faz ao ponto de se poder ser leitor raro de livros (no princípio da inquirição) e posteriormente leitor “actual”, “atento” ou “médio”/“grande” leitor.

Quadro 5

Consonância/dissonância discursiva em relação à leitura enquanto prática efectiva	Leitores “Actuais”	Leitores “Atentos”	“Pequenos” Leitores	“Médios” Leitores	“Grandes” Leitores
Leitores “Confirmados”	74,6	76,4	47,0	75,4	83,9
Leitores “Suscitados”	25,4	23,6	53,0	24,6	16,1

O exercício de ponderação aqui ensaiado, pese embora alguma fluidez dos critérios em que assentou, terá a vantagem de estimar mais aproximadamente os efectivos reais de leitores de livros recenseáveis no país: se aos 54% leitores “habituais” correspondem cerca de 3,6 milhões de indivíduos no universo, aos 27% de leitores “confirmados” já só correspondem cerca de 1,8 milhões de indivíduos. Estes, no total da população com 15 anos e mais (7,5 milhões) — não dispensando portanto os analfabetos que foram arredados do universo do Inquirido — são só 24%. Isto é, será ao redor de um quarto a população portuguesa (do Continente), com 15 anos e mais, que lê livros!

*
- Professor do ISCTE. Membro do corpo de investigadores do CIES.

[1] Realizado em 1995 por iniciativa e financiamento do Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro. Vd. Eduardo de Freitas, José Luís Casanova e Nuno de Almeida Alves (colaboração), *Os Hábitos de Leitura: Um Inquérito à População Portuguesa*, Relatório, 1996, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, Lisboa.

[2] Resulta da combinação de duas perguntas do questionário, que inquiriam sobre se os indivíduos presenciavam na sua infância a prática da leitura por parte dos seus pais (ou familiares) e sobre se estes liam para os inquiridos antes da ida para a escola.

[3] Trata-se de um índice que combina as escolaridades dos pais de cada inquirido.

[4] Vd. Eduardo de Freitas (1995), "Atitudes da População do Norte Perante o Desenvolvimento", Comunicação para o Encontro de Apresentação do Projecto *Atitudes da População Portuguesa perante o Desenvolvimento* (Coordenação de M. V. Cabral), Instituto de Ciências Sociais/Centro de Investigação e Estudos de Sociologia/Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, Lisboa.

[5] A muito baixa frequência absoluta de casos (5) no patamar "muito fraco" do índice de relacionamento primário com a leitura, para o valor da escolaridade "Ensino Médio/Superior", "aconselha" a agregar tais casos aos que se acolhem no patamar "fraco" do mesmo índice e para o mesmo valor de escolaridade. A percentagem então encontrada para esse valor agregado ("fraco"/ "muito fraco") é de 87,2%, o qual evidencia de modo claro o ponto de vista expresso no texto.

[6] Ou pelo menos representadas como tal pelos indivíduos, posto que são estes que declaram hoje a "realidade" das mesmas reportadas ao passado.

[7] Vd. discussão da inter-relação entre as variáveis in: Gérard Muger e Louis-Pinto (1994), *Lire les Sciences Sociales*, vol. 1, Editions Belin.

[8] Vd. José Machado Pais, João Sedas Nunes, Maria Paula Duarte e Fernando Luís Mendes, 1994, *Práticas Culturais dos Lisboaetas*, Edições do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, pp. 191-199.

[9] Trata-se dos leitores que tendo afirmado estar a ler "no momento" sabem igualmente identificar (título do livro e nome do autor) o que estão a ler.

[10] São aqueles leitores que tendo declarado ler habitualmente livros dizem estar a ler "no momento" da inquirição.

[11] Compôs-se uma tipologia com referência ao número de livros lidos no último ano: são pequenos, médios e grandes leitores que leram respectivamente, 1 a 5 livros, 6 a 20 livros e "mais de 20 livros".